

# HISTÓRIA DAS MULHERES NO BRASIL MERIDIONAL



Ana Silvia Volpi Scott  
José Carlos da Silva Cardozo  
Jonathan Fachini da Silva  
Orgs.

Coleção  
ESTUDOS HISTÓRICOS  
LATINO-AMERICANOS  
e-book

9

**OKOS**  
EDITORA

**EDITORA UNISINOS**



## Estudos Históricos Latino-Americanos

Desde o início de suas atividades em 1987, o Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Vale do Rio dos Sinos apresenta como área de concentração os Estudos Históricos Latino-Americanos. As linhas de pesquisa do Programa são três: Sociedades indígenas, cultura e memória; Migrações, territórios e grupos étnicos e Poder, ideias e instituições.

Em consonância com a nossa área de concentração, temos buscado estabelecer e ampliar redes institucionais e de pesquisadores com a intenção de fomentar pesquisas transnacionais.

Seguindo nessa trajetória, em parceria com a Editora Oikos, criamos a Coleção EHLA (Estudos Históricos Latino-Americanos), com a intenção de tornar públicos trabalhos produzidos na área, estimulando o debate e a renovação historiográfica.

### Autoras e Autores

Adriana Kivanski de Senna  
Ana Maria Colling  
Ana Silvia Volpi Scott  
Bruna L. de Oliveira dos Santos  
Cláudio de Sá Machado Jr.  
Daiane Silveira Rossi  
Daniel Luciano Gevehr  
Dario Scott  
Denize Terezinha Leal Freitas  
Fabiane Simioni  
Fabiano Quadros Rückert  
Jonathan Fachini da Silva  
José Carlos da Silva Cardozo  
José Edimar de Souza  
José Iran Ribeiro  
Maíra Ines Vendrame  
Marina Camilo Haack  
Marlise Regina Meyrer  
Natália de Lacerda Gil  
Natalia Pietra Méndez  
Nikelen Acosta Witter  
Tiago da Silva Cesar  
Vania B. M. Herédia

# **História das Mulheres no Brasil Meridional**

Criada em 2012, a Coleção EHILA lançou, até o momento, mais de uma dezena de volumes impressos. Pensando principalmente na publicação de coletâneas, inauguramos em 2014 a série E-book da Coleção Estudos Históricos Latino-Americanos (EHILA), que chega neste momento ao volume 9.

Ana Silvia Volpi Scott  
José Carlos da Silva Cardozo  
Jonathan Fachini da Silva  
(Orgs.)

# História das Mulheres no Brasil Meridional

2ª edição – E-book  
Vol. 9



São Leopoldo  
2022

© 2022 – Editora Oikos Ltda.  
Rua Paraná, 240 – B. Scharlau  
93120-020 São Leopoldo/RS  
Tel.: (51) 3568.2848  
contato@oikoseditora.com.br  
www.oikoseditora.com.br

Coleção *Estudos Históricos Latino-Americanos – EHILA*

Direção:

Maria Cristina Bohn Martins (Coordenadora do PPGH-Unisinos)  
Luiz Fernando Medeiros Rodrigues (Editor – Linha de Pesquisa Sociedades Indígenas, Cultura e Memória)  
Máira Ines Vendrame (Linha de Pesquisa Migrações, Territórios e Grupos Étnicos)  
Marluza Marques Harres (Linha de Pesquisa Poder, Ideias e Instituições)

Conselho Editorial:

Eduardo Paiva (UFMG)  
Guilherme Amaral Luz (UFU, Uberlândia, MG)  
Horacio Gutiérrez (USP)  
Jeffrey Lesser (Emory University, EUA)  
Karl Heinz Arenz (UFPA, Belém, PA)  
Luis Alberto Romero (UBA, Buenos Aires, Argentina)  
Márcia Sueli Amantino (UNIVERSO, Niterói, RJ)  
Marieta Moraes Ferreira (FGV, Rio de Janeiro, RJ)  
Marta Bonaudo (UNR)  
Rodrigo Patto Sá Motta (UFMG)  
Roland Spliesgart (Ludwig-Maximilians-Universität München)

Editoração: Oikos

Revisão: Rui Bender

Capa: Juliana Nascimento

Imagem da capa: Quadro (Colheita) de F. Scholles, 110 x 180cm, 2006.

<<https://www.fscholles.net/>>. Publicado em: Reinheimer, Dalva  
*et al. Quadros que falam: narrativas migratórias*. São Leopoldo: Oikos,  
2021. p. 94.

Diagramação e arte-final: Jair de O. Carlos

H673 História das mulheres no Brasil Meridional. 2. ed. [E-book]. / Organizadores: Ana Silvia Volpi Scott, José Carlos da Silva Cardozo e Jonathan Fachini da Silva. – São Leopoldo: Oikos; Editora Unisinos, 2022.  
v. 9 (539 p.); 14 x 21cm. – (Coleção Estudos Históricos Latino-Americanos – EHILA)  
ISBN 978-65-5974-065-9  
1. Mulher – História. 2. Mulher – História Brasil Meridional. 3. Mulher – História social. I. Scott, Ana Silvia Volpi. II. Cardozo, José Carlos da Silva. III. Silva, Jonathan Fachini da.

CDU 396(091)

Catálogo na publicação: Bibliotecária Eliete Mari Doncato Brasil – CRB 10/1184

# “E elas ainda tinham filhos!”: mulheres e trabalho na antiga colônia alemã de São Leopoldo (final do século XIX e início do século XX)

*Marlise Regina Meyrer  
Daniel Luciano Gevehr*

*Pela sua irreverência, ironia e espontaneidade, a fala das mulheres é prenhe de subversão. Ela conserva esse no-que-me-diz-respeito, essa distância que permite que os humildes preservem sua identidade. Resgata sua memória. É também pelas mulheres [...] que se transmite, muitas vezes de mãe para filha, a longa cadeia de histórias de família ou aldeia. Enquanto a escola, as formas modernas de organização, o próprio sindicalismo, constroem histórias oficiais, depuradas e acabadas, as mulheres guardam o traço do que se gostaria de recalcar. [...] as lembranças da escravidão [...] persistem entre o povo brasileiro através das velhas avós. E os pesquisadores de história oral conhecem por experiência própria a diferença entre a relação dos homens e a das mulheres com seu passado: homens mudos, que esqueceram quase tudo o que não tem ligação com a vida do trabalho; mulheres faladoras, a quem basta apenas deixar vir à onda de lembranças, por pouco que se as interrogue a sós: o homem habituou-se demais a impor silêncio às mulheres, a rebaixar suas conversas ao nível de tagarelice, para que elas ousem falar em sua presença (PERROT, 1992, p. 206-207).*

O estudo trata das memórias sobre a agência feminina nos diferentes espaços da sociedade teuto-brasileira na região de imigração alemã do Vale dos Sinos (localizado na Região Metropolitana de Porto Alegre, Rio Grande do Sul) entre o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX. Essa escrita tem dois pontos de partida: o primeiro é um acervo de entrevistas coletadas no início dos anos 1990 na região do Vale dos Sinos sobre as atividades econômicas desenvolvidas pelas mulheres na região; o segundo trata da vivência d@s autor@s nessa região, que possibilitaram uma troca de

conhecimentos vivenciados, seja através das histórias que nos foram contadas como pela observação empírica e a relação dessa com o processo de formação acadêmica no campo da História.

As narrativas que servem de fonte para pensarmos as relações de gênero foram coletadas antes mesmo desse conceito ser amplamente conhecido e difundido na academia. É somente em 1990 que foi traduzido no Brasil o texto seminal de Joan Scott “Gênero: uma categoria útil para análise histórica”, no qual muitas historiadoras brasileiras se basearam para o desenvolvimento posterior de suas pesquisas (PEDRO, 2005, p. 88). A história das mulheres estava começando a entrar na academia decorrente, em parte, do aumento dos cursos de pós-graduação no país.

O avanço da história social das mulheres e estudos de gênero, sobretudo partir da década de 1980, consolidou-se como um novo campo de estudos (OLIVEIRA, 2018, p. 115). Além disso, esses estudos tornaram-se fundamentais para pensar também o campo da política, sendo impossível hoje “discutir a teoria política ignorando ou relegando às margens a teoria feminista, que, nesse sentido, é um pensamento que parte das questões de gênero, mas vai além delas, reorientando todos os nossos valores e critérios de análise” (MIGUEL, 2014, p. 17).

Assim, ao retomar esses relatos, o desenvolvimento tanto da história das mulheres como dos estudos de gênero está presente na nossa percepção e problematização do tema, enquanto sujeitos historiador@s, cuja relação com as fontes sempre é entrecruzada com o contexto histórico, sua própria experiência e as discussões teóricas de seu tempo, pois, conforme Scott (1999, p. 16), “experiência é uma história do sujeito. A linguagem é o local onde a história é encenada. A explicação histórica não pode, portanto, separar as duas”. Nesse sentido, a autora discute o significado de determinadas categorias para estudar o passado pelos historiadores, chamando a atenção de que não há uma relação essencialista entre as palavras e as coisas; categorias como classe, raça, gênero, entre outras, são sempre contextuais (SCOTT, 1999, p. 19).

A fim de estruturar metodologicamente a pesquisa, recorremos a depoimentos orais de descendentes de imigrantes morador@s das zonas de imigração alemã do Vale do Rio dos Sinos que tratas-



sem do universo feminino e do cotidiano dessas mulheres, que poderiam nos informar acerca da atuação desse grupo na sociedade teuto-sul-rio-grandense em seu processo de desenvolvimento. Devemos-nos aos relatos das “mulheres comuns”, aquelas cujas vivências não entraram no rol da excepcionalidade e por isso não tiveram lugar na narrativa histórica.

Não queremos aqui compactuar com a ideia generalizada de que a história oral sirva especificamente para contar a história dos menos favorecidos, atribuindo a esse grupo uma teórica incapacidade de produzir sua própria história. Entretanto, essa metodologia de fato significou uma maior possibilidade de escrever a história dos excluídos na medida em que as fontes escritas sobre esses grupos, especialmente em períodos mais distantes no tempo, são escassas. No caso das mulheres, Perrot (1992) utiliza a expressão “revanche das mulheres” ao se referir aos usos da história oral, afirmando que ela se tornou a fonte mais utilizada para esse tipo de estudo devido à quase ausência de material sobre o tema.

Cientes dos questionamentos que envolvem a história oral, especialmente no que diz respeito à sua carga de subjetividade, analisamos os relatos à luz de referências bibliográficas sobre o contexto em questão, pois concordamos com Janoti (2010) quando ela aponta para a necessidade de recorrer a fontes múltiplas, lembrando que o testemunho do depoente não é apenas um relato do que viu e ouviu, mas uma construção de um determinado discurso sobre o fato. Além disso, a autora chama a atenção para a necessidade metodológica de levar em consideração os objetivos do entrevistador, nesse caso o historiador, que domina todo um aparato teórico que orienta a entrevista e influenciará a construção do discurso.

Consideramos importante mencionar que a pesquisa realizada fundamenta-se na perspectiva da história oral, proposta por Dadalto e Pavesi (2020, p. 144), que defendem a ideia de que se trata de uma pesquisa cujo percurso envolve o narrador e o entrevistador numa perspectiva relacional e dialógica e que contempla uma perspectiva que envolve “o hoje/presente ao qual nos referimos e o passado – a memória – do qual estamos falando; a esfera privada e a pública, a autobiografia e a história; e, por fim, a relação entre a oralidade da fonte e a escrita do pesquisador”.

Desataca-se, nessa perspectiva, o fato de que a história oral liga-se diretamente à questão da memória. Interessa-nos, aqui, a elaboração da memória coletiva do grupo, que fundamenta sua identidade. Nesse sentido, o conjunto de depoimentos e seu significado são entendidos na medida em que se referem à mesma realidade, ou seja, uma realidade comungada por todo o grupo social, adquirindo dessa forma um significado coletivo. Entendemos que a articulação entre as narrativas individuais possibilita-nos vislumbrar a perspectiva histórica do grupo, ou seja, um mesmo olhar do presente sobre o passado, revelando reflexões sobre si e a história do grupo, enfatizando o caráter reflexivo dos processos de memória, que nos remete à ideia de identidade.

As histórias de vida, assim, acabam por criar uma identidade entre as pessoas na medida em que partilham diferentes estratégias e saberes diante de uma mesma realidade. Nesse sentido, apoiamo-nos no conceito de memória coletiva de Halbwachs (2004), que se refere ao caráter social da memória partilhada entre os indivíduos do grupo. A partir desses pressupostos teórico-metodológicos, buscamos caracterizar as realidades do cotidiano do trabalho, do grupo formado pelas mulheres na zona de imigração alemã no início do século XX.

Tendo a história oral como metodologia, parte-se do princípio de que as experiências pessoais e as trajetórias de vida das mulheres entrevistadas e que constituem o corpus documental da pesquisa devem ser interpretadas como um importante registro das práticas culturais do cotidiano, permitindo melhor compreender “fragmentos das interações sociais estabelecidas no lugar, de modo que se desvele parcialmente a realidade social construída, possibilitando compreender a constituição do cotidiano e as significações relacionadas ao exercício da conformação do local” (DADALTO; PAVESI, 2020, p. 147).

Cabe mencionar que a pesquisa vale-se ainda da metodologia da micro-história, que, de acordo com Vendrame e Karsburg (2020, p. 14), se preocupa com “aspectos da espacialidade, da relação das pessoas com os lugares e os processos de constituição deles, das discontinuidades do espaço e do tempo, da interdependência entre os fenômenos sociais, econômicos e culturais”. A meto-

dologia da micro-história não está associada ao tamanho do objeto de análise, mas sim às perguntas e questionamentos que se fazem em relação a esse objeto, contribuindo para a revisão de elementos presentes na historiografia e muitas vezes legitimado pelas generalizações simplificadoras.

O método aplicado neste estudo permite, assim, identificar e analisar “aspectos que não seriam visíveis em outro nível que não o micro” (VENDRAME; KARSBURG, 2020, p. 14). A singularidade do percurso histórico das mulheres na esfera produtiva na região de imigração alemã no Rio Grande do Sul permite melhor conhecer as diferentes realidades do mundo do trabalho, que apresenta características próprias, considerando-se os diferentes espaços e tempos que constituem as narrativas sobre os ofícios das mulheres na história do Brasil.

### O cenário

Em 1824, com a fundação da Colônia Alemã de São Leopoldo, chegam os primeiros imigrantes que receberam lotes de terras e algumas ferramentas, sementes e dois anos de subsídios. As primeiras atividades eram destinadas somente à satisfação das necessidades essenciais: alimentar, alojar, vestir, pois “[...] cada família fiava e tecia o linho e o algodão, fabricava a farinha de arroz e de mandioca, o óleo de sementes de abóbora, o açúcar mascavo, preparava seu fumo [...]” (ROCHE, 1926, p. 480).

Jean Roche traça uma linha evolutiva do desenvolvimento da região de imigração, afirmando que, superadas as dificuldades iniciais, paralelamente ao trato da terra, surge o artesanato dos núcleos coloniais, favorecido, muitas vezes, pela habilidade técnica que o imigrante traz de sua terra de origem. Enfatiza que o artesão, inicialmente, produzia para o consumo local e para o mercado auxiliado pela mão de obra familiar. Seguindo essa linha, na segunda geração, teriam se tornado numerosos profissionais como tamanqueiros, alfaiates e sapateiros.

Também supérfluos, como fábricas de fumo, charutos e cigarros, começaram a aparecer. Com o aumento das casas de comércio (venda), o progresso dos meios de transportes e da indús-

tria, colocando à disposição dos consumidores, a melhor preço, a maior parte dos produtos, o artesanato teria decaído, desaparecendo gradualmente, com exceção do artesanato do couro, que sobreviveu nas colônias e coexistiu com a indústria no Vale dos Sinos. Ainda que não seja objetivo desta pesquisa aprofundar o processo histórico do desenvolvimento econômico da região, cabe ressaltar que não há um consenso sobre essa evolução do artesanato para indústria de forma linear, uma vez que ambas as etapas acabaram coexistindo em diferentes espaços na região do Vale dos Sinos.

Para melhor compreender esse processo histórico, deve-se considerar que, no caso particular de Novo Hamburgo, foi de fundamental importância a construção da estrada de ferro, ligando a cidade a Porto Alegre em 1876. Novo Hamburgo era por alguns anos a estação final da estrada de ferro, atraindo para si todo o comércio colonial, obtendo grande prosperidade no período. Em 1903, com a extensão da estrada de ferro até Taquara, Novo Hamburgo perde esse posto.<sup>1</sup>

A historiografia sobre a imigração alemã, seguindo os estudos de Roche, enfatiza a importância e o poder dos comerciantes na colônia alemã. Era ele que controlava a compra e venda dos produtos da região e a venda dos artigos não coloniais de forma exclusiva, o que, seguindo a lógica marxista de análise de parte dos autores, possibilitou um acúmulo de capital considerado fundamental para o desenvolvimento industrial.

Para Sandra Pesavento (1985), paralelo ao processo de industrialização, o esgotamento do solo e a perda de produtividade das terras dos colonos, já muitas vezes subdivididas por heranças das famílias numerosas, faziam o colono abandonar suas terras e buscar emprego nas nascentes indústrias dos núcleos coloniais ou nos centros urbanos:

Para os empresários, esta mão de obra era extremamente vantajosa, porque portadora de uma qualificação artesanal, apro-

---

<sup>1</sup> Na área ocupada pela Colônia Alemã de São Leopoldo surgiram várias localidades e posteriormente municípios, entre os quais Novo Hamburgo e Taquara. O primeiro, desde muito cedo, passou a rivalizar com a sede, São Leopoldo, o posto de principal centro urbano e industrial da região, tornando-se município em 1927.

priada, portanto ao estágio fabril-manufatureiro das empresas, no qual se combina o uso incipiente de máquinas com o trabalho manual do artesão (PESAVENTO, 1985, p. 34).

Segundo a mesma autora, [...] o próprio processo de imigração-colonização continuou dando entrada a elementos estrangeiros que eram operários em sua terra de origem e que não necessariamente se dirigiam para a lavoura colonial (PESAVENTO, 1985, p. 34). Pudemos observar esse fato no depoimento de uma imigrante que chegou em 1924 com sua família. Todos os membros masculinos da família eram mecânicos de profissão na Alemanha. A tecnologia (maquinário) para essa incipiente indústria foi, em parte, importada da Europa, mas também houve adaptações e fabricação local.

Em Novo Hamburgo, núcleo imigrante que mais progrediu, ainda em fins do século XIX, foi a industrialização do couro que protagonizou o crescimento, estando o desenvolvimento econômico da cidade vinculado a essa indústria. Nos primórdios dessa indústria na região, o couro era curtido de forma rudimentar dentro de barris de madeira. Eram fabricados arreios, bainhas de faca, serigotes, lambris e selas. Dos retalhos que sobravam faziam-se chinelos numa produção caseira (os chinelos eram mais propícios para o trabalho do colono). Logo em seguida, iniciou-se a fabricação de botas, que foi o primeiro produto de grande aceitação na região.

No início de século XX, a forma artesanal de produção é substituída pela indústria propriamente dita com o uso de máquinas. O crescente desenvolvimento das pequenas fábricas favoreceu o surgimento cada vez mais intenso de unidades fabris, fazendo com que Novo Hamburgo se transformasse num polo urbano regional, atraindo colonos da zona rural, que vinham em busca de melhores condições de vida.

Tendo esse cenário como pano de fundo, propomo-nos a estudar a participação feminina no processo de desenvolvimento econômico a partir da colonização alemã no Rio Grande do Sul e especialmente na região do Vale dos Sinos até meados da década de 1930. O período que se estrutura a partir do Estado Novo, constituindo-se em uma conjuntura específica, é o limite de abrangência do trabalho.

*A casa, a roça e a fábrica:*  
**a mulher na tripla jornada de trabalho**

Iniciamos a discussão sobre os papéis desempenhados pelas mulheres na trajetória de desenvolvimento da Antiga Colônia Alemã de São Leopoldo com aquilo que Pedro (2004) afirma sobre as mulheres do sul do Brasil, quando se refere à história das mulheres do século XIX. Para a autora, que se debruça sobre as publicações dos jornais sulistas do final do século XIX e do início do século XX, esses veículos de informação não devem ser responsabilizados por criar – sozinhos – os modelos ideais de mulher como boas mães, virtuosas esposas e dedicadas filhas. Ao contrário, esses modelos, em sua visão, já faziam parte do imaginário ocidental, podendo ser encontrados na literatura, no sermão das missas, nos textos escolares, bem como nas tradições locais (PEDRO, 2004, p. 281).

Dessa forma, percebemos claramente a imagem construída e difundida sobre as mulheres da área de imigração alemã no Rio Grande do Sul, que colocava as mulheres em um lugar secundário, sem grande expressividade no mundo do trabalho. Na maioria das interpretações realizadas pelos estudiosos da imigração alemã, as mulheres eram protagonistas do espaço doméstico, ficando sua atuação reservada ao espaço privado da casa, da família e dos afazeres considerados como “próprio de mulheres”.

No caso específico do Rio Grande do Sul, observa-se a prevalência de narrativas historiográficas – em especial até a década de 1980 – que colocaram os feitos masculinos em posição de destaque, reafirmando uma história marcada apenas pelos *vultos* do gênero masculino. É somente a partir da década de 1990, com a difusão dos programas de pós-graduação em História, que essas narrativas sofreram significativas mudanças à medida que novas pesquisas no campo da História surgiram e colocaram as mulheres como objetos de suas produções.

Já em relação aos estudos da imigração no Rio Grande do Sul predominou até pouco tempo a imagem do “homem imigrante”, responsável pela “epopeia” da imigração. Esse também é o caso dos estudos sobre imigração alemã, realizados até a década de

1980 e que reafirmaram a visão “civilizadora” do imigrante no sul do Brasil. Ainda são escassos os trabalhos que problematizam o papel desempenhado pelas mulheres imigrantes e descendentes de imigrantes alemães no Rio Grande do Sul, fazendo com que ainda prevaleça a imagem de que a mulher pouco, ou quase nada, contribuiu para o desenvolvimento da economia nas áreas de imigração.

Exemplos recente dessas pesquisas que procuram dar visibilidade ao papel da mulher em contextos marcados pela imigração alemã no extremo sul do Brasil é o trabalho publicado recentemente por Lorena Almeida Gill (2019), que problematiza um processo judicial de 1945 na cidade de Pelotas, extremo sul do estado, e que percorre, à luz da micro-história e da história das mulheres e de gênero, o percurso de Olga Tochtenhagen, então com vinte anos de idade, que lutou pelo reconhecimento de seus direitos trabalhistas na justiça em razão de sua demissão de uma alfaiataria por ter faltado ao trabalho. A trajetória de Olga ilustra, de forma exemplar, as dificuldades das mulheres imigrantes e de suas descendentes em seu reconhecimento fora do espaço da vida privada.

A pesquisa traz importantes elementos que permitem pensar o papel da imigração alemã na cidade, bem como traz o contexto de luta contra a pandemia de tuberculose e o movimento de luta das mulheres em busca de postos de trabalho nos empreendimentos industriais na primeira metade do século XX e as dificuldades encontradas em razão de serem mulheres.

Experiências de pesquisa, como essa que traz o caso da jovem descendente de imigrantes alemães em sua busca de reconhecimento no mundo do trabalho, mostram como as mulheres nem sempre se silenciaram e se adequaram às condições impostas pelo universo masculino, que tradicionalmente impunha sérias e diversas limitações à visibilidade do trabalho das mulheres, em especial nos contextos associados ao desenvolvimento industrial, cujo percurso histórico é, na maioria das vezes, caracterizado pelo protagonismo masculino.

Já quando pensamos nas imagens produzidas sobre as mulheres trabalhadoras no contexto da imigração alemã no Rio Grande do Sul, devemos considerar especialmente os elementos simbólicos que muitas vezes invisibilizam seu trabalho, desconsiderando

a atividade doméstica como uma forma de trabalho, inclusive desqualificando os afazeres domésticos como uma função secundária, mas cuja função recai inevitavelmente sobre a mulher, como se essa fosse sua função biológica.

Nesse contexto, a mulher de origem germânica aparece como exemplo da manipulação da imagem, através da qual se busca inserir a mulher imigrante do século XIX exclusivamente no espaço privado da casa, onde cabe a ela zelar pelo lar e cuidar da família. Nesse universo, a mulher não aparece desempenhando atividades fora do espaço doméstico, elemento que irá sofrer profundas transformações na região colonial, especialmente nas primeiras décadas do século XX, com a ascensão do setor coureiro-calçadista, que se tornará a principal atividade econômica da região.

Cabe ainda destacar que não se pretende reproduzir o discurso ufanista que faz da história da imigração alemã no sul do Brasil uma linha ascendente de sucesso, não poucas vezes atribuído à capacidade de trabalho do elemento germânico. É inegável o rápido desenvolvimento econômico da região a partir da colonização, para o qual incorreu todo um conjunto de fatores favoráveis, que não nos cabe aqui analisar, mas sim ponderar um certo exagero na ênfase do discurso étnico, presente nas explicações para o desenvolvimento econômico. Interessa-nos aqui identificar o papel feminino nesse contexto, assinalando sua participação nas mais diferentes atividades produtivas.

Há um consenso entre os estudiosos mais recentes da imigração alemã de que a mulher nessa região ocupava, especialmente nos primeiros tempos, uma posição de destaque, mesmo que oficialmente o papel principal coubesse aos homens. Amado (1987) diz a esse respeito que “a opinião delas era levada em conta na compra de um lote de terra, de uma vaca ou mesmo de algumas sementes”. A autora atribui essa relativa importância à sua contribuição econômica, necessária nesse período de instalação. Ela cita um trecho da carta do argentino Gutierrez em visita a São Leopoldo em 1844 e comenta:

[...] as mulheres lavram a terra juntamente com seus maridos e pais e governam um arado tão bem quanto elas montam a cavalo como homens [...]. Além dos serviços domésticos, elas também plantavam, colhiam, cuidavam dos animais, costura-



vam, fabricavam pão, manteiga, cerveja, charutos, tecidos. E tinham filhos! [...] da capacidade de trabalho e organização feminina dependia grande parte do progresso econômico da família (AMADO, 1987, p. 41).

Embora Roche diga que essa abrangência do trabalho feminino foi mais importante na primeira geração de imigrantes, os relatos orais apontam para a permanência dessa situação no século XX, como podemos extrair do testemunho da Sra. Luiza, moradora de Rolante, município localizado no Vale dos Sinos, na década de 1920: “Na colônia, eu trabalhava de tudo, cortava lenha, limpava o mato e depois pegava o cavalo, botava no arado, lavrava e, se o cavalo não andava direito, pegava os bois [...]. Na roça, as mulhé trabalhava igual os home [...]. Em casa, os home não ajudava nada [...]”<sup>2</sup>.

A “roça” era considerada um espaço doméstico e, portanto, parte da área de atuação feminina tradicionalmente aceita. Assim, a maioria das entrevistadas incluem, ao relacionar as suas tarefas ou as de sua mãe, a roça como continuidade do trabalho doméstico, como podemos observar nos depoimentos a seguir: “A mãe trabalhava na roça, o pai vendia verdura, ele era verdureiro [...] sim o pai também ajudava na roça [...] nós também ajudava [...]”<sup>3</sup>. “Eu cuidava dos meus irmão pequeno porque a mãe tinha que trabalhar na roça”<sup>4</sup>.

A roça, por sua vez, estabelecia uma relação direta com o espaço urbano, que se desenvolvia com os primeiros estabelecimentos industriais do setor coureiro-calçadista na medida em que a produção da roça era responsável pelo abastecimento de alimentos da cidade. Matos e Borelli (2012) descrevem essa dinâmica que ligava o rural e o urbano mostrando que a atividade da roça era desenvolvida, na maioria das vezes, pelos imigrantes e seus descendentes – como é o caso da área de imigração alemã –, que produziam e vendiam seus produtos na cidade. Assim, a cidade era abastecida

---

<sup>2</sup> Entrevista com a Sra. Luiza, concedida em 20 de março de 1992. O sobrenome foi preservado a pedido da entrevistada.

<sup>3</sup> Entrevista com a Sra. Erica, realizada em 10 de março de 1992, então com 74 anos. O sobrenome foi preservado a pedido da entrevistada.

<sup>4</sup> Entrevista com a Sra. Gabriela, realizada em 04 de abril de 1992, então com 82 anos. O sobrenome foi preservado a pedido da entrevistada.

cotidianamente com produtos como o leite, que era entregue, na maioria das vezes, pelas mulheres, que guiavam suas carroças e charretes. Também fazia parte desse comércio um vasto cardápio produzido artesanalmente pelas mulheres da roça, como compotas de frutas, de geleias, de pães e a tradicional cuca [elemento da gastronomia teuto-brasileira que consiste em uma espécie de massa de pão, recheada com frutas e coberta com uma mistura de açúcar e banha de porco, assada em forno a lenha].

À medida que as cidades se desenvolveram com a indústria, observou-se também a diversificação das atividades econômicas da região, o que levou as mulheres a ocupar outros espaços, sendo um deles a fábrica, que seguiu a lógica da expansão industrial do Brasil como um todo, que, ao incorporar mulheres e crianças no setor industrial, leva a contradições ao nível do capital, que,

[...] de um lado, necessitava dessas mulheres para a reprodução de força de trabalho e dessas crianças como força de trabalho futura – quanto para família operária – que para reproduzir-se precisava engajar todos os seus membros no âmbito do trabalho assalariado, mas ao mesmo tempo, e pelas mesmas razões, necessitava do trabalho doméstico das mulheres (PENA, 1981, p. 193).

Entretanto, mesmo fazendo parte da realidade da maioria delas, a fábrica situava-se fora do espaço doméstico, sendo que esse tipo de trabalho era considerado como “extra”, passível de ser dispensado quando a situação momentânea de “aperto” passasse.

Essa concepção encontra respaldo no ideário positivista difundido no Brasil no início do século, que defendia que a mulher deveria ficar isenta de todo trabalho exterior ao lar. A ela caberia o papel de mãe, guardiã da família, bondosa e pacífica, encarregada de preservar a ordem moral da sociedade e manter o equilíbrio social. Defensor da ordem burguesa da sociedade, o positivismo comtiano difundiu esses valores para toda a sociedade, inclusive no meio operário, porém para a grande maioria esse ideal estava bastante distante da prática.

Entre o discurso e a prática estavam as dificuldades econômicas da maioria das famílias, que tinham necessidade do trabalho feminino fora do lar. No entanto, esse seu trabalho ficava à margem do mundo masculino da produção, sendo que às mulheres

eram destinadas as funções menos qualificadas e pouco remuneradas, como podemos extrair dos depoimentos abaixo, referentes à atividade coureiro-calçadista em Novo Hamburgo.

Tinha aquela sessão enorme das mulheres, né [...] tinha o con-  
tramestre e depois nas outras repartições eram os homens né [...].  
Costura, prepara, não é, era isto o serviço [...] perfura o calçado,  
limpá. [...] Ganhavam menos [...] aquilo ajudava [...] eu era quase  
criança, uns treze, quatorze anos.<sup>5</sup>

Eu trabalhava quando eu era solteira [...] depois de casada eu não  
trabalhava sempre, só quando era preciso né [...]. Eu botava sola,  
colava, passava cola [...]. Montar e cortar era serviço do home.  
As mulher não podiam fazer esse serviço [...]. Sim, os home sempre  
ganhava mais [...].<sup>6</sup>

Em outro depoimento, podemos observar que a visão masculina da realidade em questão não diferia daquela das mulheres, conforme podemos extrair da fala do Sr. Germano:

Quando eu vim para Novo Hamburgo, né, em 1913, e depois adiante, né,  
as mulheres trabalhavam em casa, as moças trabalhavam na fábrica,  
não é, assim foi [...]. O Adams já tinha bastante moças lá trabalhando,  
mulheres casadas também, quem podia né, trabalhava lá [...].  
Às vez o marido, o homem trabalhava no Adams, né, e levava serviço  
para casa, então a mulher ajudava a costurar, cortar, estas coisas.<sup>7</sup>

Esse último depoimento ilustra uma prática muito comum, consolidada na região com o desenvolvimento da indústria calçadista: a de levar o serviço da fábrica para casa, onde a mulher pudesse realizá-lo sem sair de seu espaço doméstico e sem que precisasse abandonar as tarefas da casa e o cuidado dos filhos. Elas faziam de tudo. Aceitavam qualquer trabalho que lhes permitisse obter algum rendimento, considerado por elas próprias como “ex-

---

<sup>5</sup> Entrevista com a Sra. Maria, realizada em 18 de abril de 1992, então com 82 anos. O sobrenome foi preservado a pedido da entrevistada.

<sup>6</sup> Entrevista com a Sra. Erica, realizada em 10 de março de 1992, então com 74 anos. O sobrenome foi preservado a pedido da entrevistada.

<sup>7</sup> Entrevista com o Sr. Germano, realizada em 28 de abril de 1992, então com 97 anos. “Adams” refere-se à fábrica de calçados pioneira na região, pertencente a Pedro Adams Filho, fundada em 1898. O sobrenome foi preservado a pedido do entrevistado.

tras”, caracterizando o seu “trabalho de resto”, como podemos observar no depoimento a seguir:

A minha vida foi assim: desde o começo sempre trabalhei bastante [...] com dezesseis anos aprendi a fazer chinelo [...] e depois quando chinelo não dava mais muito, eu fazia sapatinho de criança [...]. Aí eu já era casada, tinha 21 anos [...] meu marido trabalhava no curtume [...]. Fazia de tudo em casa porque eu tinha 4 filhos, né? A minha irmã fazia a mesma coisa, fazia chinelo, encapava salto, montava sapato de homem [...]. A minha irmã mais velha não trabalhava nisto, ela muito tempo lavava roupa pros padre. A minha mãe já fazia isto. Sabe, naquele tempo a gente pegava o que dava pra ganhá um pouco de dinheiro[...] a gente tinha muito serviço, eu fazia roupinha pras vizinha [...]. Ainda tinha dois terreno, eu cuidava, plantava aipim, tudo quanto era verdura, batata-doce, um pouco de amendoim. Em sábado o marido ajudava, dia de semana eu fazia mesmo [...].<sup>8</sup>

Essa condição foi oficializada pelo decreto 181 de 24 de janeiro de 1890, que definiu a condução da mulher como mera auxiliar do homem na gestão familiar, sendo base do artigo 240 do código civil de 1916, que confirma a incapacidade da mulher casada, sendo que com o casamento ela assumia a condição de consorte, companheira e auxiliar nos encargos da família. O artigo 251 do mesmo código ainda ressalta que, na falta do marido, essa mesma mulher assumia o lugar de chefe da família, cessando sua incapacidade.

As trabalhadoras eram ainda tratadas como “frágeis e indefesas”, “passivas” e carentes de “consciência política” (MATOS; BORELLI, 2012, p. 128), numa tentativa de desacreditar e desqualificar os movimentos de luta, já organizados nas primeiras décadas do século XX. As mulheres atuavam nas lutas operárias, nas mobilizações e até mesmo nas paralisações de fábricas, onde lutavam pela implementação de melhores condições de trabalho – como a redução da jornada de trabalho. Matos e Borelli (2012) afirmam que, nesse contexto de luta em defesa de uma pauta feminista, eram também chamadas de “indesejáveis”, dado o seu grau de engajamento e movimentação na causa trabalhista.

---

<sup>8</sup> Entrevista com a Sra. Elza, realizada em 12 de maio de 1992, então com 91 anos. O sobrenome foi preservado a pedido da entrevistada.

Como aponta Marques (2016) em seu estudo sobre a luta pela regulação e reconhecimento do trabalho feminino no Brasil na década de 1930:

Durante o intenso debate público que se deu naqueles anos, grupos feministas se apresentaram à cena pública para reivindicar inicialmente o direito de votar e, uma vez conquistado esse direito em 1932, pressionar os homens públicos para avançar na agenda da igualdade jurídica com os homens. Nesse esforço, reivindicaram ter voz também na regulamentação dos ofícios exercidos por mulheres (MARQUES, 2016, p. 669).

Soma-se a esse contexto histórico a falta de oportunidades profissionais era, de fato, um grande obstáculo para as mulheres conquistarem maior autonomia financeira. De forma mais visível, as mulheres casadas e que, portanto, estavam vinculadas ao marido não conseguiam fazer parte da luta, pois nem mesmo poderiam representar qualquer queixa trabalhista sem a anuência de seus cônjuges. Esse elemento, que insere a mulher numa condição de inferioridade de gênero, impediu, em grande parte, os avanços e a visibilidade do trabalho das mulheres na esfera pública e o próprio reconhecimento dos direitos sociais das mulheres, que eram impedidas de desempenhar cargos de chefia ou espaços de maior prestígio social no mundo do trabalho.

Como mostra Marques (2016), essa situação sofreria algumas mudanças somente com a ascensão de Getúlio Vargas em 1930 e a incorporação de um conjunto de leis trabalhistas em 1943, trazendo grande comoção nacional em torno do debate sobre os direitos das mulheres, como o fato de “proteger a maternidade e a forma de fazê-lo, a condução política do serviço de assistência social à maternidade e à infância, além da conveniência de se restringir o acesso de mulheres a ofícios considerados perigosos ou contrários à natureza feminina” (MARQUES, 2016, p. 683).

Com isso, somente em 1943 a mulher adquiriu o direito de trabalhar livremente sem autorização do marido. No entanto, esse poderia impedi-la de continuar no emprego se considerasse que estivesse prejudicando a família. Destaca-se ainda que as leis trabalhistas do pós-1930 desenvolveram uma série de mecanismos de proteção com base em sua capacidade reprodutiva, em sintonia com

o capital industrial, que corroboraram para a marginalização do trabalho feminino, acentuando o caráter temporário do trabalho mesmo.

Os depoimentos citados podem ser considerados como recortes do cotidiano de grande parte das mulheres descendentes de imigrantes, moradoras na região de colonização alemã do Rio Grande do Sul. Muitos relatos podem ser caracterizados pelo que Weimer (2010) chama de “passagem intergeracional da memória”, na medida em que os depoentes falam das experiências que lhes foram relatadas por suas mães e/ou avós e, mesmo se constituindo em histórias pessoais, possuem unidade de significação na medida em que essas pessoas partilharam de uma mesma realidade social e cultural. Suas estratégias de sobrevivência são fruto, em parte, das próprias condições do meio e acabavam por ser semelhantes, dando a esse segmento social – certa identidade.

As(os) entrevistados(as) moravam nas zonas rurais próximas a Novo Hamburgo, como Rolante, Dois Irmãos, etc. Grande parte dos habitantes dessas áreas tendia a deslocar-se para Novo Hamburgo, atraída pelo crescimento econômico. Jean Roche ressalta o fato de as mulheres dessas áreas buscarem casamentos em outras etnias e questiona se esse fato não seria uma fuga à condição de agricultor.

Na cidade de Novo Hamburgo, a agricultura não possuía muito destaque. Para Leopoldo Petry (1959), esse fato deve-se ao solo pouco fértil e às inúmeras subdivisões das propriedades distribuídas aos primeiros povoadores. A roça na cidade vai ser substituída pelas hortas no fundo do quintal, geralmente mantidas pelas mulheres, auxiliadas pelos maridos nos finais de semana. Em depoimentos já citados, podemos observar essa prática, quando D. Elza relata que, além de suas atividades domésticas e fabris, possuía dois terrenos nos quais plantava produtos para uso de sua família. A horta no fundo do quintal pode ser vista ainda hoje na região.

Todos(as) os(as) entrevistados(as) eram descendentes de famílias alemãs, moradores na região de colonização alemã e se autodefiniam como alemães. A maioria possuía ainda um forte sotaque do dialeto alemão, falado ainda no interior dessas regiões. Al-

gumas delas frequentaram os primeiros anos escolares, sendo minimamente alfabetizadas. Nenhuma das entrevistadas frequentou a escola além do nível básico. Ao relatar suas experiências de vida, essas mulheres falam do mundo do trabalho, de sua luta diária pela sobrevivência, sua e de sua família. Enfim, as narrativas referem-se à realidade social em que viveram, e nessa o significado de suas vidas esteve associado sobretudo ao mundo do trabalho, seja ele na roça, em casa ou na fábrica.

### *Os tempos mudam os ofícios:* **as mulheres na atividade comercial e industrial**

As primeiras referências à atividade comercial na região de colonização alemã remetem à “venda”. A pesquisadora Angela Sperb (1987, p. 40) assinala que “a venda é seguramente o lugar de maior movimento da colônia, e toda picada tinha ao menos uma. Era o lugar onde se realizavam as transações comerciais, onde o produto dos colonos era cotado e onde esses podiam adquirir gêneros que não produziam”.

Em seu estudo, Sperb (1987) analisou o inventário de João Pedro Schmitt, de 1868. Schmitt era um próspero vendeiro do Hamburgerberg (localidade onde iniciou o povoamento de Novo Hamburgo). Segundo ela, a venda do Sr. Schmitt “[...] era armazém de secos e molhados, armarinho, drogaria, casa de ferragens, papelaria, bar e, provavelmente nos finais de semana, salão de baile” (SPERB, 1987, p. 41).

A venda foi restaurada num trabalho conjunto da comunidade e equipe técnica ligada ao município. Esse espaço comercial foi retratado em um quadro pintado por Pedro Weingaertner em 1982. O artista ficou conhecido por pintar cenas cotidianas e paisagísticas do Rio Grande do Sul do século XIX. Nessa pintura aparece em destaque Catarina Schmitt, viúva de Pedro Schmitt. Ela está colocada atrás do balcão, indicando sua atividade de comerciante e então proprietária do estabelecimento. Sua função de mãe também está representada pela presença de seu filho menor, Adão Adolfo, brincando no chão do estabelecimento.

**Imagem 1:** *Fios Emaranhados*, Pedro Weingaertner, 1892



Fonte: Wikimedia Commons, the free media repository. Acesso em 11/11/2020.

No inventário estudado, consta que a viúva ficou com a casa de comércio, além das dívidas ativas, por serem de difícil cobrança. Provavelmente Catarina já trabalhava na venda antes da morte do marido, estando familiarizada com as negociações. Essa afirmativa é reforçada por ser Pedro Schmitt, além de vendeiro, transportador estabelecido desde 1830, o que o obrigava a frequentes ausências.

Entrevistamos a neta de Schmitt, que contava 83 anos por ocasião da entrevista em 1991. Ela nos contou um pouco sobre o comércio de seus avós. Mesmo com um poder aquisitivo considerado elevado para a época e local, ela conta que sua mãe trabalhava tanto na venda como na preparação dos bailes, que ocorriam no salão de sua propriedade ao lado da venda.

Conta ainda que os bailes naquela época eram sempre acompanhados de janta, o que exigia o trabalho de uma semana inteira com a preparação das comidas, tarefas acompanhadas de perto por sua mãe com auxílio de moças contratadas especialmente para esse período. Esse fato indica um corte de classe ao caracterizar as mu-



lheres da colônia alemã, mas que não trataremos aqui.<sup>9</sup> Além disso, quando ocorriam os Kerbs<sup>10</sup>, vinham os parentes de outras localidades, sendo que a família que sediava o evento tinha obrigação de dar hospedagem aos visitantes, aumentando o trabalho doméstico, em geral realizado por mulheres.

É também dos estudos de Ângela Sperb (1983) que trazemos outro exemplo da presença feminina na atividade comercial enquanto empreendedora. Nas primeiras décadas do século XX, instalou-se no Hamburgerberg a Padaria Reiss, de propriedade de Heinrich Reiss. Em 1905, quando esse casou com Karolina Kraemer, Reiss já estava instalado como padeiro. O casal deu novo impulso à padaria e coube a Karolina (chamada de Kaline) a administração dos negócios, enquanto Reiss fazia os pães. Ângela Sperb escreveu em reportagem ao jornal *Hamburgerberg*:

Foi Kaline quem durante os primeiros anos distribuiu o pão, levando-o em carroças até Campo Bom, Dois Irmãos e Sapi-ranga, enquanto Reiss trabalhava fazendo o pão. [...] as tarefas do casal continuaram divididas: Reiss, cuidando da produção e trabalhando com os outros padeiros, e sua esposa responsável pela comercialização, cuidando do negócio, dos empregados e da aquisição de matéria-prima. [...] Frau Reiss era mulher do dinheiro. O caixa ficava com ela, e o próprio Reiss lhe pedia o seu “Taschengeld” (SPERB, 1983, p. 26).

A Padaria Reiss prosperou, sendo uma das primeiras a adquirir um forno a vapor, além de toda a maquinaria – massadeira, divisora de pão, peneira de farinhas e máquinas de limpar sacos. O casal Reiss enriqueceu muito por conta da habilidade de Kaline para fazer negócios. Ao que consta, Kaline sempre foi independente, cuidando de seu próprio sustento, mesmo morando com os pais. Quando solteira, trabalhava “em casas de família, inclusive em Porto

---

<sup>9</sup> Ver a esse respeito MEYRER, Marlise R.; GEVEHR, Daniel L. *Gênero, identidade étnica e poder: mulheres na imigração alemã no Rio Grande do Sul*. Passo Fundo: EDUPF, 2014.

<sup>10</sup> Kerb é uma festa difundida no contexto da colônia alemã e que comemora a data de fundação da primeira igreja da comunidade, ou seja, cada localidade tem sua própria data festiva, apresentando características bastante próprias em cada lugar no qual é celebrada ainda hoje.

Alegre, como costureira no preparo e feitura de enxovais para noivas e demais costuras” (SPERB, 1983, p. 25).

Esses dois exemplos, Catarina Schmitt e Karoline Reiss, foram citados por dispormos de dados mais completos sobre elas através das pesquisas de Sperb. Porém a atividade comercial exercida por mulheres abrangia um universo bem maior, lembrando que, além dos estabelecimentos comerciais, sempre existiu um comércio paralelo, como hoje, que era de domínio das mulheres, como o pão e os doces que a já citada Dna. Elza fazia para vender ou os crochês de Dna. Maria. Esse pequeno comércio de mercadorias produzidas pelas mulheres era o ideal, pois podia ser realizado em conjunto com o trabalho doméstico, não interferindo na ordem familiar. A mulher cumpria assim seu papel de “auxiliar do marido” através de uma renda extra.

Entre o final do século XIX e o início do século XX surgiram as primeiras fábricas de calçados no Vale dos Sinos. Entrevistamos um descendente da pioneira fábrica de calçados de Pedro Adams Filho, referida na entrevista do Sr. Germano. Habitado com as entrevistas relativas à indústria da família por seu significado para o desenvolvimento econômico da região<sup>11</sup>, surpreendeu-se quando anunciamos que nosso enfoque não era propriamente o empreendimento industrial, mas queríamos saber sobre as mulheres da família e se elas exerceram alguma atividade na indústria. A partir dessa provocação, o entrevistado deu-nos o seguinte depoimento:

---

<sup>11</sup> Pedro Adams Filho é um personagem destacado nos textos produzidos sobre a região do Vale do Rio dos Sinos como exemplo da potencialidade dos imigrantes alemães para o desenvolvimento do Rio Grande do Sul. Além de constar em publicações locais do município de Novo Hamburgo, ele consta também em publicações oficiais do Estado na época, como em SOCIÉTÉ DE PUBLICITÉ SUD-AMERICAINE MONTE DOMEQ & CIA. O Rio Grande do Sul Colonial. Paris/Barcelona: Estabelecimento Gráfico Thomas, 1918. Também é tema da tese de doutorado de Claudia Schemes, defendida na PUCRS em 2005, intitulada Pedro Adams Filho: empreendedorismo, indústria calçadista e emancipação de Novo Hamburgo (1901-1935), que também entrevistou o neto de Pedro Adams Filho. Enfatiza-se que, na tese, Rosa Saenger Adams aparece somente no papel de esposa do empresário e mãe de seus filhos.

Minha avó, Dna. Rosa Saenger Adams, ela ajudou muito meu avô na fundação da fábrica [...] que foi uma das pioneiras de calçados de Novo Hamburgo. Ela ajudava na fábrica, costurava os sapatos. [...] além de ter que manter as pessoas que trabalhavam em casa, porque todo mundo morava longe, não tinha condução, ela tinha que cozinhar para toda aquela gente e, além disso, trabalhava na fábrica. Minha avó era muito dinâmica, autoritária. Tinha mais uma mulher que a auxiliava na costura. A fábrica e a casa eram quase a mesma coisa, era ao lado<sup>12</sup>.

Com o avanço da indústria calçadista desenvolveram-se outras paralelas, muitas relacionadas ao calçado. Uma delas é a indústria mecânica industrial. De início, as máquinas eram importadas e depois, especialmente no período da guerra, passaram a ser produzidas localmente. Nesse setor, uma mulher tornou-se destaque: Ella Einsfield.

Ella Einsfield era de uma família de mecânicos; seu pai e seus irmãos foram destacados na historiografia de Novo Hamburgo devido à sua importância no desenvolvimento dos transportes. Eles adaptaram um motor de automóvel em um bonde, criando o primeiro bonde motorizado da cidade. Posteriormente, possuíam uma linha de ônibus que ia até o litoral. A irmã Ella não consta em nenhum livro sobre a história da cidade, embora tenha sido matéria em algumas edições do jornal da cidade em tempos mais recentes, e é com base nessas matérias que narramos brevemente sua trajetória.

Ella cresceu dentro da oficina de seu pai, João H. Einsfield, e desde os sete anos de idade já trabalhava na oficina. Em 1922, seu pai faleceu, e Ella, então com 14 anos, assumiu a oficina e uma representação de automóveis Chevrolet. Em 1924, na primeira exposição industrial de Novo Hamburgo, foi premiada com a medalha de ouro com gravuras em aço. Mais tarde, dedicou-se exclusivamente às máquinas de costura de couro. Inicialmente, importava as máquinas Pfaff (alemã), as quais comercializava e fornecia manutenção. Mas Ella logo começou a adaptar as máquinas alemãs, o que lhe rendeu grande prestígio na empresa alemã, sendo convidada para as convenções internacionais da empresa.

---

<sup>12</sup> Entrevista com o Sr. Pedro, realizada em 10 de junho de 1992. O sobrenome foi preservado a pedido do entrevistado.

Ella Einsfield foi casada com Germann Gerstl, e embora tenha adotado o sobrenome do marido, ninguém a conhecia por esse sobrenome, mas pelo seu de solteira. Essa atuação de Ella tornou-a uma figura folclórica e muito conhecida na cidade. Ao perguntar sobre ela para algumas pessoas, as lembranças vinham associadas a exemplos de alguma atividade considerada masculina e a excepcionalidade dessas práticas: “[...] ela tinha auto né, eu diversas vezes passei lá, ela deitada debaixo do auto trabalhando”; “[...] ela trabalhava que nem um homem [...] ela mexia na graxa [...]”; “[...] a Dna. Ella foi uma das mulheres que se destacaram como trabalhando para fora”.

Em 1984, o *Jornal Exclusivo* de Novo Hamburgo fez uma matéria relatando a referência a Ella Einsfield feita pela revista da Pfa<sup>ff</sup> alemã em 1958:

Durante o Congresso de Representantes Industriais deste ano, celebrado em Kaiserslautern, a Sra. Gerstl, do Brasil (onde se dedica com muito êxito à venda de máquinas de costura Pfa<sup>ff</sup>), informou sobre interessantes novas técnicas de costura inventadas por ela mesma. Seus colegas do sexo oposto estavam surpresos com seus excelentes conhecimentos técnicos (RIHL, jul. 1984, p. 20).

Ela própria pensava-se como uma mulher que fazia trabalho de homem, conforme relato do Sr. Pedro sobre uma conversa que teve com ela:

A última vez que eu falei com ela [...] encontrei a Dna. Ella numa FENAC e conversando [...] tirei um cigarro do bolso e disse: Fuma? Ela disse: Não, eu não posso fumar. Ué, não pode por que? Porque eu sou uma mulher, eu dirijo, eu sou mecânica e agora ainda fumar, aí eu vou ficar muito masculina<sup>13</sup>.

Até mesmo para homenageá-la em artigo publicitário do *Jornal Exclusivo* de 1990, ela é masculinizada para adquirir maior importância. O anúncio diz: “Ella Einsfield Gerstl, o pai da Mecânica Industrial no Vale”, evidenciando a construção hierárquica das relações de gênero na linguagem.

---

<sup>13</sup> Entrevista com o Sr. Pedro, realizada em 10 de junho de 1992. O sobrenome foi preservado a pedido do entrevistado.

Por ocasião da coleta dos relatos aqui apresentados, o intento era resgatar a presença feminina nos acontecimentos históricos, nesse caso da região de imigração alemã do Rio Grande do Sul. Esse intento vinha no rastro das primeiras produções acadêmicas das mulheres a partir do final dos anos 1970. O alargamento das fontes, metodologias e temas da historiografia levou ao questionamento do sujeito universal masculino, em que as mulheres apareciam somente nas margens ou como excepcionalidade.

“Todo discurso sobre temas clássicos como a abolição da escravatura, a imigração europeia para o Brasil, a industrialização ou o movimento operário evocava imagens da participação de homens robustos, brancos ou negros e jamais de mulheres capazes de merecer uma maior atenção.” Mesmo ainda distante dos estudos feministas que passaram a problematizar as relações hierárquicas e de poder entre os gêneros, já estava presente “uma vontade feminina de emancipação” (RAGO, 1995, p. 81).

Nesse sentido, são inegáveis as mudanças nos papéis e relações de gênero dos últimos anos. O binarismo feminino e masculino essencializado foi exposto aos debates de ativistas e acadêmicos que têm contribuído para a transformação da produção de conhecimento e da vivência das pessoas (BIROLI, 2018, p. 9).

No entanto, essa condição não reflete o estatuto desses estudos na academia. A incorporação dos estudos de gênero nas ciências humanas ainda apresenta uma resistência silenciosa e difícil de ser identificada. Segundo Maria da Glória Oliveira (2018, p. 131), há uma “guetização” desses estudos na academia, tal como nos cursos de História, em que quase sempre são oferecidos como disciplinas eletivas, o que demonstra certa “particularidade” desse conteúdo “tido como específico”, ou seja, o “outro” da História. Revela-se, portanto, um longo processo de mudanças, mas também de permanências.

A identificação dessas permanências, potencializadas pelo momento atual de um reacionarismo que parece reavivar uma cultura histórica de exclusão e violência, entrecruzada pelo discurso da moralidade, foi um dos fatores que nos fez retomar essas fontes e, em parte, esse discurso dos anos 1980/90.

Ao olhar novamente para esse material, emergem questionamentos para além dos papéis exercidos pelas mulheres naquela sociedade na perspectiva da História Social. Um deles, a necessidade de percebermos a não universalidade do sujeito mulher, observando as especificidades oriundas de cortes de raça, classe e etnia. Outro diz respeito à historicidade das relações de gênero. Sob influência dos estudos foucaultianos, podemos desconstruir os discursos por muito tempo naturalizados sobre essas mulheres, observando o caráter cultural e histórico dessas construções, entendendo sujeitos e objetos como produtos de práticas culturais, para pensar as diferenças entre os sexos enquanto construções culturais historicamente situadas.

### Referências

- AMADO, Janaína. *Conflito social no Brasil: a revolta dos “Mucker”*. São Paulo: Símbolo, 1978.
- BIROLI, Flávia. *Gênero e Desigualdades: limites da Democracia no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2018.
- DADALTO, Maria Cristina; PAVESI, Patricia Pereira. Sinais da historicidade revelados em fragmentos de memória. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, n. 76, p. 142-157, ago. 2020.
- GILL, Lorena Almeida. A luta de Olga por seus direitos: imigração, saúde e trabalho de mulheres em Pelotas, RS (década de 1940). *História, Assis/Franca*, v. 38, e2019003, 2019. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-90742019000100403&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-90742019000100403&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 29 out. 2020.
- HALBWACHS, Maurice. *A Memória Coletiva*. São Paulo: Centauro, 2004.
- JANOTTI, Maria de Lurdes M. A incorporação do testemunho oral na escrita historiográfica: empecilhos e debates. *História Oral*, v. 13, n. 1, p. 9-22, jan./jun. 2010.
- MARQUES, Teresa Cristina Novaes. A regulação do trabalho feminino em um sistema político masculino, Brasil: 1932-1943. *Estudos históricos*, v. 29, n. 59, p. 667-686, dez. 2016. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-21862016000300667&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-21862016000300667&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 29 out. 2020.
- MATOS, Maria Izilda; BORELLI, Andrea. Espaço feminino no mercado produtivo. In: PINSKY, Carla B.; PEDRO, Joana M. (org.). *Nova História das mulheres*. São Paulo: Contexto, 2012. p. 126-147.

MEYRER, M. R.; GEVEHR, D. L. • “E elas ainda tinham filhos!”: mulheres e trabalho na antiga colônia alemã de São Leopoldo (final do séc. XIX e início do séc. XX)

MIGUEL, Luis Felipe. O feminismo e a política. In: MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. *Feminismo e Política*. São Paulo: Boitempo, 2014.

OLIVEIRA, Maria da Glória. “Os sons do silêncio: interpelações feministas decoloniais à história da historiografia”. *História da Historiografia*, v. 11, n. 28, p. 104-140, set./dez. 2018.

PEDRO, Joana Maria. Mulheres do Sul. In: PRIORE, Mary Del (org.). *História das mulheres no Brasil*. 7. ed. São Paulo: Contexto, 2004. p. 278-321.

PERROT, Michelle. *História da vida privada*. Vol. IV – Da Revolução Francesa à Primeira Guerra. São Paulo: Cia. das Letras, 1992.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História da Indústria sul-riograndense*. Guaíba: Riocell, 1985.

PETRY, Leopoldo. *O município de Novo Hamburgo*. São Leopoldo: Rotermond & Co., 1959.

RIHL, Claudete. D. Ella Einsfield Gerstl: a dedicação de uma mulher às máquinas de costurar couro. *Jornal Exclusivo*, Novo Hamburgo, p. 20, jul. 1984.

RAGO, Margareth. As mulheres na historiografia brasileira. In: SILVA, Zélia Lopes (org.). *Cultura Histórica em Debate*. São Paulo: UNESP, 1995.

ROCHE, Jean. *A colonização alemã e o Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Globo, 1969.

SCOTT, Joan. “EXPERIÊNCIA”. In: SILVA, Alcione Leite da; LAGO, Mara Coelho de Souza; RAMOS, Tânia Regina Oliveira (org.). *Falas de Gênero*. Santa Catarina: Editora Mulheres, 1999. p. 21-55.

SPERB, Angela Tereza. O inventário de João Pedro Schmitt. In: *IV Simpósio de História da Imigração e Colonização Alemã no Rio Grande do Sul – 1980*. São Leopoldo, p. 17-44, 1987.

SPERB, Angela Tereza. Heinrich Reiss: um padeiro no novo mundo. *Hamburgerberg*, Hamburgo Velho, n. 1, p. 25-28, maio 1983.

VENDRAME, Maíra; KARSBURG, Alexandre (org.). *Micro-história: um método em transformação*. São Paulo: Letra e Voz, 2020.

WEIMER, Rodrigo. “O meu avô me contava”: dinâmicas de circulação da memória do cativo entre descendentes de escravos. Osório, século XX. *História Oral*, v. 13, n. 2, p. 65-87, jul./dez. 2010.

O livro *História das Mulheres no Brasil Meridional* constitui-se em uma relevante contribuição para a historiografia sul-rio-grandense e brasileira, bem como para debates realizados no tempo presente nos campos sociopolítico, econômico e cultural acerca de questões e problemas relativos à História das mulheres e das relações de gênero. A coletânea é composta por 18 capítulos, produzidos a partir de investigações de caráter inovador, realizadas por 23 pesquisadores/as vinculados a diferentes instituições de ensino superior. As narrativas presentes na obra, concebidas a partir de uma gama variada de fontes, abordam os seguintes temas: relações sociais no âmbito da família, ações implementadas pelo Estado e pela sociedade civil nas áreas das infâncias e da saúde, processos relativos à escravidão, relações de trabalho, movimentos sociais com ênfase nos Feminismos, encarceramento em instituição de contenção, escolarização, visões da imprensa e modos de vestir. As referidas temáticas foram analisadas sob a ótica da demografia histórica, da experiência social, das práticas, das representações sociais ou da produção de discursos/saberes. São apresentadas para o leitor/a Histórias de mulheres provenientes de distintas classes sociais, bem como a partir de diferentes condições em âmbitos como raça/etnia, geração, religião, filiação política, nacionalidades, além de características como o pertencimento ao mundo rural ou ao urbano, sejam elas iletradas ou alfabetizadas, exercendo ainda variados labores ou ofícios entre os séculos XVIII e XXI. Os autores/as demonstram com perspicácia em seus escritos a importância dessas mulheres e de suas atuações no interior de relações sociais por elas engendradas, evidenciando as assimetrias do exercício do poder e as desigualdades no processo de construção e consolidação da sociedade do Brasil Meridional ao longo do tempo.

Silvia Maria Fávero Arend  
Universidade do Estado de Santa Catarina



Programa  
Pós-Graduação  
HISTÓRIA



INSTITUTO DE FILOSOFIA  
E CIÊNCIAS HUMANAS

